

RUY FABIANO

Ponto de Vista

CPI muda partidos

Um dos efeitos políticos mais devastadores da CPI do Orçamento é a reviravolta que está provocando no quadro partidário. A supremacia do PMDB, manifesta, não apenas no Congresso, mas nas assembleias, câmaras de vereadores, prefeituras e governos estaduais, que está duramente ameaçada. Poucos crêem que esse império eleitoral sobreviverá.

A faxina da CPI atinge o coração do partido, que possui o maior número de acusados (dos **Sete Anões** do Orçamento, cinco são peemedebistas quercistas). A facção ética do partido — isto é, sua banda não comprometida com práticas fisiológicas — procura uma saída de emergência. As eleições estão aí e esses parlamentares não querem pagar a conta política de despesas que afinal não foram feitas por eles.

Os assim chamados éticos do PMDB não são exatamente numerosos. Mas existem e são influentes. Entre outros, lá estão o líder do Governo no Senado, Pedro Simon; o ministro da Previdência, Antônio Britto e o vice-presidente da CPI do Orçamento, Odacir Klein. Há outros, claro: o senador José Fogaça e o próprio presidente do partido, deputado Luís Henrique e algumas dezenas mais. Mas fiquemos com os três citados inicialmente. Eles trabalham por uma fusão com o PSDB, que, no entanto, enfrenta dificuldades consideráveis. A primeira é que o PSDB, a noiva cortejada, examina simultaneamente outra proposta, do PT, que lhe oferece o lugar de vice-presidente na chapa de Lula e admite negociar alguns governos estaduais.

E aí está outro subproduto da CPI: o pequeno PT, cuja expressão numérica é hoje insignificante no Congresso (no Senado, possui apenas um nome, Eduardo Suplicy), é potencialmente um grande partido. Ninguém tem dúvi-

das de que terá ótima performance nas próximas eleições e que emergirá das urnas de 1994 como um dos maiores partidos do País. A menos, claro, que algum acontecimento, não-visível hoje no horizonte, inverta drasticamente o quadro político.

Até aqui, o PT tem sido beneficiário direto das repercussões políticas da faxina orçamentária. E aí, reconheça-se, por seus próprios méritos. São os seus parlamentares nas mais agressivos e obstinados, pecando frequentemente por excesso, não por falta de zelo. O PT, em alguns momentos, investe deliberadamente contra o espírito de corpo da instituição a que pertence, de olho na indignação do eleitor. Nisso repete o pragmatismo dos que conceberam a campanha eleitoral de Collor. O Congresso é, hoje, o patinho feio da sociedade brasileira. Qualquer agressão a ele é bem acolhida na sociedade, que o abomina, embora deseje continuar a viver em regime democrático.

Como uma coisa não acontece sem a outra — isto é, não há democracia sem Congresso —, tem-se aí um traço de esquizofrenia política da sociedade brasileira. Mas isso é outra história. O certo é que a CPI golpeou o prestígio eleitoral dos partidos de centro e conservadores (PMDB, PFL, PPR etc.) e, inversamente, inflou a esquerda, muito embora a questão de que trata — a roubalheira — não tenha cunho ideológico. Essa circunstância provoca uma queda de braço entre direita e esquerda quanto à revisão. Os primeiros querem fazê-la já, aproveitando a supremacia numérica que possuem e que não sabem se manterão no futuro, e a esquerda, por razão exatamente inversa, quer inviabilizá-la agora, para tê-la sob comando no futuro, quando segundo crê será majoritária.